

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ariana Souza de Jesus^{ID¹}, Amanda Dias de Araújo^{ID²}

Resumo

Estudos apontam um intenso déficit na Educação Sexual de pessoas com deficiência, especialmente deficiência intelectual (DI), levando esses indivíduos a manterem vários conceitos equivocados sobre sexualidade, o que faz com que o sexo inseguro e os casos de abuso sexual ocorram com mais frequência entre esse público. Diante desse cenário, este trabalho tem como relevância e finalidade fortalecer o debate sobre a Educação Sexual de pessoas com DI e desenvolver uma base de conhecimento que possa ajudar professores a fornecer Educação Sexual de qualidade. Para isso, elegeu-se a pesquisa bibliográfica como metodologia de investigação. Os resultados mostram que pessoas com DI, não têm tido Educação Sexual de qualidade, seja em casa ou na escola, comprometendo, assim, a vivência da sua sexualidade. Conclui-se que é de suma importância a inserção de conteúdos sobre Educação Inclusiva e Educação Sexual nas grades curriculares dos cursos de graduação em Licenciatura, para que os professores possam trabalhar interiormente suas questões sexuais, preconceitos e tabus, e adquirir os conhecimentos e as estratégias necessárias para mediar a Educação Sexual de pessoas com DI.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Sexualidade e Deficiência; Formação de professores.

SEX EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION: A LITERATURE REVIEW

Abstract

Studies indicate a significant deficit in sexual education for people with disabilities, especially intellectual disabilities (ID), leading these individuals to hold various misconceptions about sexuality, which causes unsafe sex practices and victimization by sexual abuse to occur more frequently within this group. Given this scenario, the relevance and aim of this work are to strengthen the discussion about sexual education for people with ID and to develop a knowledge base that can help teachers provide quality sexual education. For this purpose, bibliographic research was chosen as the investigative methodology. The results show that people with ID have not received quality sexual education, either at

¹Ariana Souza de Jesus: Mestra em Educação Científica, Inclusão e Diversidade pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

²Amanda Dias de Araújo: Doutora em Bioquímica e fisiologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

home or at school, thus compromising their experience of sexuality. It is concluded that the inclusion of content on Inclusive Education and Sexual Education in the curricula of undergraduate teacher training programs is of utmost importance, so that teachers can work through their own sexual issues, prejudices, and taboos, and acquire the knowledge and strategies necessary to mediate the sexual education of people with ID.

Keywords: Inclusive Education; Sexuality and Disability; Teacher training.

1 Introdução

A educação sexual ainda é tabu em nossa sociedade, e, dentro das escolas, essa realidade não é diferente. O cenário se torna ainda mais delicado quando se trata da educação sexual de pessoas com deficiência (PcD).

O número de PcD em escolas regulares tem crescido bastante nos últimos anos (Brasil, 2015). Essa realidade é possível graças a leis e diretrizes que lhes asseguram o direito de adquirir conhecimento e se desenvolver como qualquer pessoa (Brasil, 1996). Porém, muitos são os obstáculos para que a inserção desses alunos em escolas comuns seja uma ação efetivamente inclusiva, já que muitos continuam sendo mal assistidos e até ignorados na escola. Dentre os empecilhos para a efetivação da inclusão escolar, destaca-se a falta de formação de qualidade do professor e, consequentemente, a lacuna no auxílio ao aluno com deficiência (Silva; Carvalho, 2017).

No contexto da educação sexual, muitos professores apresentam resistência em abordar a temática em sala de aula, seja por não terem os conhecimentos necessários para mediar a educação sexual, seja por receio de serem julgados pelos familiares dos alunos ou por terem que lidar com os próprios tabus (Barbosa; Folmer, 2019). O fato é que discutir sexualidade na escola é uma necessidade, pois, além de auxiliar na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidez indesejada, contribui para que os alunos vivam sua sexualidade livremente, sem medo e culpa, e coopera para a prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes, ajudando-os a aprender sobre consentimento, identificar comportamentos e toques invasivos e abusivos. Ademais, auxilia na formação de indivíduos que respeitem a diversidade, as vivências e as experiências de todos.

Estudos mostram que é comum alunos com deficiência, principalmente deficiência intelectual (DI), não terem acesso à educação sexual (Maia; Vilaça, 2019). Isso advém de estigmas que reproduzem a ideia de que essas pessoas são eternas crianças, incapazes de aprender, ou de que suas posturas, tidas como impróprias e explícitas, são reflexo da deficiência e não podem ser ajustadas. De acordo com Maia e Ribeiro (2009) e Bortolozzi e Vilaça (2020), condutas e manifestações da sexualidade típicas de crianças e jovens, como a masturbação, o namoro, perguntas e falas referentes à sexualidade, são vistas com estranheza pela sociedade quando partem de pessoas com DI, em razão de

essas expressões muitas vezes serem públicas e, por isso, tornarem-se socialmente inapropriadas. Porém, autores afirmam que, na verdade, essas questões não são inerentes à deficiência, mas estão relacionadas à falta de estratégias educacionais que ensinem a pessoa com deficiência a compreender seus desejos e vontades, permitindo que consiga distinguir comportamentos socialmente aceitos dos não aceitos (Maia; Ribeiro, 2009; Maia; Vilaça, 2019). Nesse contexto, fica claro que a garantia na legislação não é suficiente para a inclusão escolar, pois a inclusão não é apenas inserir um aluno com deficiência na escola regular; é imprescindível uma mudança no sistema de ensino, de modo que os educadores tenham capacitação, apoio adequado e de qualidade, e que as escolas tenham condições didáticas para receber esses alunos.

Contudo, a inclusão escolar não deve se pautar apenas em atender as necessidades educacionais próprias de cada aluno, mas sim em trabalhar de forma a combater qualquer tipo de segregação, inclusive a segregação sexual de pessoas com deficiência. Desse modo, este trabalho tem como relevância e finalidade fortalecer o debate sobre a educação sexual de pessoas com DI e desenvolver uma base de conhecimento que possa despertar, em professores e familiares de pessoas com deficiência, a contribuição efetiva na educação sexual desses jovens, para que possam conhecer seus corpos e viver sua sexualidade de forma autônoma e plena.

2 Educação Sexual na Deficiência: Referencial teórico

Em alguns momentos da história, ocorria uma suposta escolarização de alunos com deficiência em espaços de segregação ou de exclusão, como asilos e escolas especiais (Teixeira; Braga, 2008). Contudo, há alguns anos, a frequência de alunos com deficiência na rede regular de ensino é uma realidade (Brasil, 2015), o que é de suma importância, uma vez que as interações dentro dos contextos sociais são fundamentais para o aprendizado e o desenvolvimento de pessoas com ou sem deficiência (Vygotsky, 1997). Piaget (1980, p. 31) reforça a ideia de que o conhecimento se constrói a partir das interações, ao afirmar que:

[...] o conhecimento não procede em suas origens, nem de um sujeito consciente de si mesmo, nem de outros objetos já constituídos e que a eles se importam. O conhecimento resulta da interação entre os dois.

A educação inclusiva na perspectiva da educação especial teve destaque no Brasil na década de noventa, a partir de documentos como a Declaração de Salamanca, que reafirmou o direito que todas as pessoas têm à educação, independentemente de suas peculiaridades e singularidades (UNESCO, 1994). Esse documento conferiu à escola a responsabilidade de desenvolver ações didático-pedagógicas acessíveis a todas as crianças, incluindo aquelas com

deficiência, por considerar a escola o melhor ambiente para combater a discriminação. Essa conjuntura também é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que afirma que o Estado tem o dever de assegurar o Atendimento Educacional Especializado gratuito à pessoa com deficiência, de preferência na rede regular de ensino (Brasil, 1996).

No que tange à educação sexual, ela reúne diversas informações acerca da sexualidade do indivíduo, numa perspectiva emocional, física e psicológica, trazendo discussões e desconstruções essenciais, sobretudo para o adolescente em sua fase de descobertas. De acordo com Figueiró (2009, p. 189-190), a "sexualidade é elemento integrante de nossa identidade e envolve o amor, o prazer, o toque, o sexo, a afetividade, o carinho, os gestos, o respeito, a alegria de viver e o conjunto das normas culturais relacionadas à prática sexual."

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1997) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) sinalizam a importância da educação sexual na sala de aula. Apesar de a temática ser interdisciplinar, os professores de Ciências e Biologia acabam sendo os responsáveis por trabalhar essa abordagem, devido ao tema ser integrante do conteúdo programático obrigatório na disciplina de Ciências no Ensino Fundamental II ou atrelado a conteúdos anatômico-fisiológicos no Ensino Médio. No entanto, a abordagem de conteúdos de educação sexual nos cursos de licenciatura é escassa, inclusive no curso de Ciências Biológicas (Lima, 2021).

Estudos apontam um intenso déficit na educação sexual de pessoas com deficiência, principalmente DI, o que faz com que muitos desses jovens tenham dificuldade em expressar suas ideias sobre sexualidade (Vieira; Coelho, 2014), além de terem noções errôneas sobre sexualidade, como questões relacionadas à reprodução, contracepção, IST e as transformações físicas que ocorrem na puberdade (Moreira, 2011; Chagas; Fernandes, 2018).

De acordo com a pesquisa de De Wit *et al.* (2021), pessoas com DI, por vezes, têm suas perguntas sobre a temática ignoradas ou recebem respostas insatisfatórias. Além disso, o sexo inseguro e a vitimização por abuso sexual são mais frequentes entre esse público (Gil-Llario *et al.*, 2018). Entretanto, estigmas de incapacidade comumente associados a pessoas com deficiência, bem como comportamentos inadequados, podem ser resolvidos através da educação sexual, pois pessoas com DI, quando instruídas, entendem e seguem regras, adaptam-se a comportamentos, valores e normas culturalmente estabelecidas (Mendes Júnior; Seffner, 2020).

Nesse processo, é importante, além da figura do professor, a participação e dedicação da família (Dias; Zandonadi, 2018), que pode educar esses indivíduos para viverem de acordo com as convenções sociais, orientando e impondo limites desde cedo. Isso ajuda a criança a crescer emocionalmente, aprender a controlar seus impulsos e a discernir o que é permitido ou não fazer publicamente (Moreira, 2011). Porém, assim como ainda é tabu para famílias dialogarem sobre sexualidade com filhos sem deficiência, pesquisas apontam que os pais de jovens com DI se sentem ainda mais desconfortáveis para falar com seus filhos sobre assuntos relacionados ao tema (Littig *et al.*, 2012), seja

por não saberem lidar com sua própria sexualidade com naturalidade, seja por achar que seus filhos não são capazes de entender/aprender, ou por acharem que são eternas crianças, com ausência de expressões da sexualidade. Com isso, pais ou responsáveis geralmente omitem informações sobre sexualidade e não permitem que seus filhos com DI se relacionem afetivamente e sexualmente com outras pessoas, sob o pretexto de que estes não experimentam os mesmos desenvolvimentos da sexualidade que outras pessoas da mesma idade, ou que não possuem interesse por experiências como o namoro, devido às suas limitações e falta de autonomia (Littig *et al.*, 2012). Quanto à postura dos professores de pessoas com DI, a literatura mostra que, apesar de afirmarem reconhecer e valorizar a importância da educação sexual e dos aspectos da sexualidade das pessoas com DI, posturas preconceituosas e mitos referentes à temática são notados, como o descrédito de que a pessoa com DI seja capaz de viver seus relacionamentos amorosos sem supervisão, ou a ideia de que pessoas com DI são eternas crianças, não tendo o mesmo desenvolvimento que as crianças e jovens sem DI (Maia *et al.*, 2015; Pena; Mól; Caixeta, 2018; Zuin, 2020).

Outro desafio é a falta de trabalhos ou execução de programas de educação sexual nas práticas docentes, sendo os temas abordados apenas quando há questionamento por parte dos alunos (Pena; Mól; Caixeta, 2018; Zuin, 2020; Maia *et al.*, 2020). Os estudos de Maia *et al.* (2015) e Maia *et al.* (2020) mostram que, apesar de a maioria dos professores afirmarem que acreditavam poder contribuir para a educação sexual de seus alunos ou até mesmo afirmarem que já fazem isso, alguns professores informaram que precisam do aval da família para tratar da temática com os alunos ou ainda que esses alunos eram ingênuos para receber informações sobre sexualidade. Esse ponto reforça a importância do trabalho em conjunto com as famílias, que, além de deixar o professor mais seguro para falar da temática, permitirá que os discursos e posturas destes sujeitos sejam unilaterais, não deixando os alunos confusos sobre quem deve ouvir. No tocante à formação docente, preparação e desenvoltura para abordar educação sexual para pessoas com DI, a literatura aponta que a maioria dos professores não recebeu formação sobre a temática durante a graduação (Pena; Mól; Caixeta, 2018; Zuin, 2020), sendo frequente o sentimento de medo e a sensação de despreparo para trabalhar esse tema (Maia *et al.*, 2015; Maia *et al.*, 2020).

3 Metodologia

Essa pesquisa teve abordagem qualitativa e, para o levantamento dos dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, abrangendo materiais entre os anos de 2005 e 2021, no banco de dados de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Google Scholar (Google Acadêmico). Os descritores usados para tal busca foram: Educação Sexual e Educação Inclusiva, Sexualidade e Educação Inclusiva, Educação Sexual e

Deficiência, Sexualidade e Deficiência. A análise dos dados foi do tipo exploratória e descritiva.

Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2015), a pesquisa qualitativa versa por questões particulares, atentando-se a uma realidade sem se preocupar apenas com a quantificação das informações e, sim, com a significação ligada ao objeto de análise. Já a pesquisa bibliográfica examina materiais já existentes, para reunir e resumir o conhecimento acumulado sobre um tema. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é fundamental para situar o estado atual do conhecimento em determinada área, servindo de base para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Como critério de inclusão e exclusão, optou-se por selecionar artigos que abordassem a Educação Sexual de pessoas com Deficiência Intelectual, nas perspectivas dos pais ou responsáveis, professores e pessoas com DI.

4 Resultados e discussões

Por meio dos descritores, bem como após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 12 pesquisas para a análise. As pesquisas selecionadas foram publicadas entre os anos de 2009 e 2020. Da totalidade de pesquisas analisadas, 5 (41,5%) envolveram pessoas com deficiência intelectual como grupo de investigação, 5 (41,5%) professores e 2 (17%) pais ou responsáveis.

Para a análise das informações obtidas por meio da revisão, foi utilizada a análise de conteúdo fundamentada por Bardin (2009). Buscando identificar os elementos dos conteúdos a serem analisados, foi realizada a leitura flutuante do material. Posteriormente, esses conteúdos foram agrupados em três categorias: Perspectivas dos pais ou responsáveis sobre a sexualidade e a educação sexual de pessoas com deficiência intelectual (DI); Perspectivas dos professores sobre a sexualidade e a educação sexual de pessoas com DI; e Vivência da sexualidade e educação sexual de pessoas com DI.

4.1 Perspectivas de pais ou responsáveis sobre a Sexualidade e Educação Sexual de pessoas com DI

Os dados mostram que os pais de jovens com DI se sentem desconfortáveis para falar sobre educação sexual com seus filhos (Albuquerque, 2011; Littig, 2012). Seja por não saberem lidar com sua própria sexualidade de forma natural, seja por acharem que seus filhos não são capazes de entender ou aprender, ou ainda por acreditarem que são eternas crianças, com ausência de expressões da sexualidade.

Os pais ou responsáveis geralmente omitem informações sobre sexualidade e não permitem que seus filhos com DI se relacionem afetiva e

sexualmente com outras pessoas, sob o pretexto de que estes não experimentam os mesmos desenvolvimentos da sexualidade que outras pessoas da mesma idade, ou de que não possuem interesse por experiências como o namoro, devido às suas limitações e falta de autonomia (Littig *et al.*, 2012).

Os dados também mostram que, quando há alguma orientação familiar, esta é voltada para os comportamentos em público e para orientações quanto a comportamentos defensivos diante de qualquer violação sexual, enfocando sempre uma regra proibitiva (Littig *et al.*, 2012). Essa postura repressora e omissa da família de pessoas com DI, no que se refere à educação sexual, corrobora o que diz a literatura (Maia; Ribeiro, 2009; Vieira; Coelho, 2014; Chagas; Fernandes, 2018).

4.2 Perspectivas de professores sobre a Sexualidade e Educação Sexual de pessoas com DI

No que tange à importância dada à educação sexual e aos aspectos da sexualidade das pessoas com DI, os dados mostram que, apesar de os professores dizerem reconhecer e valorizar esses quesitos, ainda são notados preconceitos e mitos referentes à temática (Zuin, 2020; Pena, Mól; Caixeta, 2018). Há o descredito de que a pessoa com DI possa viver sua sexualidade de forma autônoma e plena. Isso fica explícito quando os professores, mesmo aprovando o namoro e casamento desses indivíduos, fazem a ressalva de que esses relacionamentos necessitam de supervisão (Zuin, 2020) ou dizem que pessoas com DI são eternas crianças, não tendo o mesmo desenvolvimento que crianças e jovens sem DI (Pena, Mól; Caixeta, 2018; Maia *et al.*, 2015).

A percepção sobre como alunos com DI expressam sua sexualidade na escola é acompanhada pelos professores por meio de conversas e perguntas entre eles e com os próprios professores, ou pela reprodução de questões sociais, como a preocupação com a aparência ou o desejo de namorar e manter vínculos afetivos, assim como ocorre com jovens sem DI. Os comportamentos explícitos de toques, exibição de genitália, masturbação individual ou exibicionismo foram relatados em menor proporção (Maia *et al.*, 2015). Quando manifestados, esses comportamentos sexuais explícitos foram considerados aflorados, exagerados e inadequados (Maia *et al.*, 2015; Pena, Mól; Caixeta, 2018). O estudo de Zuin (2020) mostra que, ao se depararem com situações em que alunos se masturbavam em sala, os professores, por vezes, ou os repreendiam sem maiores explicações ou fingiam não ver.

Referente ao trabalho ou execução de programas de educação sexual em suas práticas docentes, os dados mostram um alto déficit, sendo os temas abordados apenas quando há questionamentos por parte dos alunos (Pena, Mól; Caixeta, 2018; Zuin, 2020; Maia *et al.*, 2020). Os estudos de Maia *et al.* (2015) e Maia *et al.* (2020) mostram que, apesar de a maioria dos professores afirmar contribuir para a educação sexual de seus alunos, houve professores que disseram precisar do aval da família para tratar da temática com os alunos.

Alguns professores informaram, inclusive, que essa tarefa não era dever deles ou que esses alunos eram muito ingênuos para receber informações sobre sexualidade.

Sobre a formação docente, preparação e desenvoltura para abordar a educação sexual para pessoas com DI, grande parte dos professores mencionou dificuldades pessoais e profissionais para lidar com a sexualidade desses alunos (Maia *et al.*, 2015; Maia *et al.*, 2020). Os dados foram unâimes ao apontar que a maioria dos professores não recebeu formação sobre a temática durante a graduação (Zuin, 2020; Mól; Caixeta, 2018; Maia *et al.*, 2015). Dentre os poucos que informaram ter obtido alguma orientação referente à educação sexual, mencionaram que esta foi de natureza estritamente biológica (Zuin, 2020). Maia *et al.* (2015) e Maia *et al.* (2020) mostram o medo e a sensação de despreparo de muitos professores para trabalhar esse tema. Muitos mencionaram que se sentiriam mais preparados se fossem submetidos a cursos na área ou à visita de profissionais especializados na escola para discutir o tema.

Quanto à formação docente em inclusão, apenas um artigo fez menção à temática, informando que os professores também não tiveram o tema contemplado em sua formação docente, assim como não tiveram conteúdos sobre educação sexual. Apenas uma porcentagem mínima informou ter tido algumas discussões pontuais em determinadas disciplinas da graduação sobre ambos os temas (Mól; Caixeta, 2018). A ausência de menção dessa abordagem nos demais artigos sugere a ausência da temática na formação docente desses professores.

4.3 Vivência da Sexualidade e Educação sexual de pessoas com DI

A pesquisa indica que, geralmente, os sujeitos possuem grande dificuldade para expressar suas concepções sobre sexualidade e não estão bem informados sobre a temática (Chagas; Fernandes, 2018; Vieira; Coelho, 2014). Dentre as dúvidas e a falta de informação, destaca-se a dificuldade em dizer os nomes dos órgãos genitais masculinos e femininos, a confusão sobre os conceitos de sexo, sexualidade e relação sexual, sendo comum a restrição do conceito de sexualidade à saúde, com raras menções a questões emocionais e afetivas (Vieira; Coelho, 2014; Chagas; Fernandes, 2018). Os conhecimentos sobre funções corporais, reprodução, menstruação, gravidez, parto, ISTs e métodos contraceptivos também são inconsistentes e rasos (Chagas; Fernandes, 2018).

Os dados foram consonantes ao apontar a ausência de diálogos sobre a temática com a família ou a associação da relação sexual como algo errado, desautorizado e que pode trazer complicações à saúde ou gerar uma gravidez não desejada. Ainda assim, pequenos diálogos são focados no uso de preservativos, explicações sobre menstruação e abuso sexual (Vieira; Coelho, 2014; Chagas; Fernandes, 2018). Proibições de relacionamentos amorosos são bem comuns e, quando permitidos, são fiscalizados e desestimulados pela família (Vieira; Coelho, 2014). Ou seja, as informações que pessoas com DI

recebem em casa estão relacionadas à censura do sexo, com o intuito de incutir medo e reprimir a vivência da sexualidade (Chagas; Fernandes, 2018; Vieira; Coelho, 2014).

Foram citadas experiências de namoro e, em menor proporção, de pessoas que tiveram relações sexuais. Porém, esses relatos revelaram que as relações sexuais ocorriam sem o uso de qualquer proteção ou métodos contraceptivos, mesmo quando envolviam parceiros variados (Vieira; Coelho, 2014). Acerca de assédio e abuso sexual, parece ser um tema relativamente conhecido por um número significativo dos participantes, embora não fique evidente se eles possuem o domínio real de seu significado ou apenas têm a ideia de que se trata de uma situação de perigo (Chagas; Fernandes, 2018).

Houve relatos de abusos sexuais de jovens mulheres com DI, praticados por parceiros e até por familiares (Vieira; Coelho, 2014). Essas situações delicadas de vulnerabilidade revelam a importância da educação sexual para esse público.

Os resultados revelaram que alunos com DI, quando instruídos, entendem e seguem regras estabelecidas, adaptam-se a comportamentos, valores e normas culturalmente estabelecidas, bem como se apropriam e compreendem conceitos (Mendes Júnior; Seffner, 2020), corroborando a literatura (Vygotsky, 1997; Piaget, 1980; Maia; Ribeiro, 2009).

Temáticas ligadas à identidade de gênero e homossexualidade foram citadas em apenas um artigo (Morales; Batista, 2010), com alunos reproduzindo valores e preconceitos semelhantes aos que normalmente ocorrem em seus grupos sociais, como a utilização de apelidos pejorativos e zombarias. Contudo, geralmente, houve prevalência do debate voltado ao comportamento heterossexual, o que revela ser um ponto importante a ser tratado em sala, visando o combate ao preconceito.

5 Considerações finais

Conclui-se que a ignorância sexual observada em pessoas com Deficiência Intelectual (DI) não é uma característica intrínseca à deficiência, mas, sim, uma consequência da carência de uma educação sexual adequada e de qualidade. Nesse sentido, é imprescindível que os currículos dos cursos de graduação em Licenciatura integrem conteúdos voltados à educação inclusiva e educação sexual, a fim de preparar adequadamente os futuros educadores. Além disso, a implementação de programas de capacitação para pais e professores se torna fundamental, bem como a promoção de palestras e atividades específicas para os alunos, com o intuito de ampliar a compreensão da temática.

Outrossim, a adoção de metodologias didáticas diferenciadas se faz necessária para que o tema da sexualidade seja abordado de maneira eficaz e acessível aos alunos com DI. Estratégias como debates, dramatizações, atividades práticas, o uso de imagens, vídeos e filmes, além de uma linguagem objetiva e explicações sistematizadas, são essenciais para promover o

entendimento desse público. Tais métodos permitem que a aprendizagem ocorra de forma mais significativa, respeitando as singularidades cognitivas e emocionais dos alunos.

A união entre família e escola é outro aspecto de extrema relevância para o enfrentamento da lacuna no conhecimento sexual de pessoas com DI. A parceria entre esses dois agentes deve garantir que os discursos e posturas sejam consistentes, evitando contradições que possam gerar confusão nos alunos quanto às fontes de conhecimento. Essa parceria também favorece a criação de um ambiente mais acolhedor e seguro para os professores, que, com isso, se sentirão mais à vontade para tratar de questões delicadas, sem o receio de julgamentos externos.

Ademais, é de extrema importância reforçar o papel da escola inclusiva, que deve atuar no enfrentamento das desigualdades e na promoção de uma educação que contemple a diversidade de forma plena. A escola inclusiva deve romper com padrões excludentes, que frequentemente marginalizam os alunos fora do modelo normativo, e, ao adotar práticas educacionais que valorizem as diferenças, favorece não apenas o aluno com deficiência, mas também os demais estudantes. Este processo de inclusão permite que os alunos desenvolvam empatia, respeito e uma valorização genuína da diversidade.

Por fim, os resultados desta pesquisa evidenciam que a abordagem da sexualidade no contexto da deficiência intelectual ainda é um tema pouco explorado e carece de mais estudos acadêmicos e discussões aprofundadas. A continuidade da pesquisa e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para essa questão são passos essenciais para garantir o acesso a uma educação sexual de qualidade para todos os indivíduos, independentemente de suas singularidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de. Sexualidade e deficiência intelectual: Um curso de capacitação de pais. **Psicologia Argumento**. jan./mar., 29(64), 109-119.2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20389/19653> Acesso em: 10 de fev. 2022.

BARBOSA, Luciana Uchôa; FOLMER, Vanderlei. Facilidades e dificuldades da Educação Sexual na escola: Percepções de professores da educação básica. **REVASF**, Petrolina-Pernambuco - Brasil, vol. 9, n.19, p. 221-243, maio/junho/julho/agosto, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20389/19653> Acesso em: 6 de jun. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa PT: Edições 70, 2009.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia; VILAÇA, Tereza. Educação sexual na educação inclusiva: atitudes de professores diante de situações projetivas envolvendo comportamentos sexuais de alunos. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 190-211, Jan./Jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v8i1.11307>.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.e Diretrizes e Base da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, Orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEC, V10. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão. Brasília: Congresso Nacional. 2015. Disponível em: L13146 (planalto.gov.br). Acesso em: 6 de jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 6 de jun. 2022.

CHAGAS, Patrícia Monteiro Lima, FERNANDES, Edicleá Mascarenhas. Sexualidade e a Pessoa Com Deficiência Intelectual: Proposição do Tema Nas Escolas. **Perspectivas em Diálogos.: Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 5, n. 9, p. 199-216, jan.- jun. ISSN: 2358-1840. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 16 jun. 2022.

DE WIT, Wouter; et al. Attitudes towards sexuality and related caregiver support of people with intellectual disabilities: A systematic review on the perspectives of people with intellectual disabilities. **Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities**, p. 1-13, 2021. DOI: 10.1111/jar.12928.

DIAS, Michelly Kallyne Neves; ZANDONADI, Antônio Carlos. O papel da família e da escola: processo de educação sexual dos filhos. **Revista FAROL** – Rolim de Moura – RO, v. 7, n. 7, p. 132-143, ago. 2018. Disponível em: <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/149/0>. Acesso em: 7 dez. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL-LLARIO, Maria Dolores; et al. The experience of sexuality in adults with intellectual disability. **Journal of Intellectual Disability Research**, 62(1), 72-80. 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jir.12455> Acesso em: 4 mar. 2023.

LIMA, Renata Epaminondas de. **A Educação Sexual na formação docente em Ciências Biológicas.** João Pessoa, 2021. 72 p. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) - UFPB/ CCEN.2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20140/1/REL31052021.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2023.

LITTIG, Patrícia; Mattos Caldeira Brant; et al. Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]., v. 18, n. 3. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/hTZv4nDgMykT7MQcFqZKSGS/>. Acesso em: 7 dez. 2022.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: múltiplos temas.** Londrina: UEL, 2009. Disponível em: [976c7a39-3a57-44c1-b7e7-95b40f8e9684.pdf](https://www.maryneidefigueiro.com.br/976c7a39-3a57-44c1-b7e7-95b40f8e9684.pdf) (maryneidefigueiro.com.br). Acesso em: 6 jan. 2023.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Orientação sexual e síndrome de down: esclarecimentos para educadores.** Bauru: Joarte Gráfica e Editora, Unesp – F.C., 2009.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; VILAÇA, Tereza. **Sexualidade e Deficiência: apontamentos sobre a educação sexual na escola inclusiva.** (155-312). In: RIZZA, J.C.; MAGALHÃES, J.C.; RIBEIRO, P.R.C.; COSTA, A.L.C. (Orgs). Tecituras- sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar. Rio Grande: Editora da FURG, 2019.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. et al. Educação Sexual Para Alunos/As Com Deficiência em Portugal: Indícios De Uma Formação Docente Precária. **REVES - Revista Relações Sociais**, Vol. 03 N. 01. 2020. Disponível em: Acesso em: 7 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/9625>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MENDES JÚNIOR, Edson; SEFFNE, Fernando. Conexões entre Sexualidade e Deficiência são desafios para pensar Escola Diversa e Inclusiva. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, V.2, N.1, jan-fev. ISSN 2674-8703. 2020. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/26>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MINAYO, Maria Célia de Souza; DESLANDES, Sonia Ferreira; GOMES, Roberto. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. (34a ed.). Rio de Janeiro: Vozes. 2015.

MORALES, Aida Souza; BATISTA, Cecília Guarnieri. Compreensão da Sexualidade por Jovens com Diagnóstico de Deficiência Intelectual. **Compreensão da Sexualidade por Jovens com Diagnóstico de Deficiência Intelectual. Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Abr-Jun. Vol. 26 n. 2, pp. 235-244. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/TZcLSfcKxbFRTVX5zrvrDgb/>. Acesso em: 7 dez. 2022.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo. **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual** [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 147p. Bahia de todos collection. ISBN 978-85-232-1157-8. 2011. Disponível em: untitled.scielo.org. Acesso em: 15 mai. 2023

PENA, Andréa Lelis; MÓL, Gerson; CAIXETA, Juliana Eugênia. Percepções de Professores de Ciências quanto a Educação para a Sexualidade na Escola Inclusiva. **Investigação Qualitativa em Educação** // InvestigaciónCualitativaenEducación//Volume 1. >>Atas CIAIQ. 2018.

PIAGET, Jean. Compreendo Piaget: **Uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança**. Rio de Janeiro: LTC, 2º Ed, 1980.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. v. 23, n. 02, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/5QWT88nTKPL4VMLSGRG7dSM/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

TEIXEIRA, Luiz do Rego; BRAGA, Edmilson Ribeiro Maia. **A questão da educação sexual escolar dos alunos da educação especial (DM) se conhecendo para compreender suas emoções e interagir com o outro**. 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2008_uem_edespecial_md_liliane_do_rego_teixeira.pdf Acesso em: 5 dez. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação – Necessidades Educativas Especiais**. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 5 dez. 2023.

VIEIRA, Camila Mugnai; COELHO, Marili André. Sexualidade e deficiência intelectual: concepções, vivências e o papel da educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, p. 201-212, 17 dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v0i0.3268>.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Obras escogidas V**: fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.

ZUIN, Luiz Fernando. **Sexualidade e educação sexual de pessoas com deficiência intelectual:** entendimentos de professores de uma instituição de educação especial. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista. Araraquara- S. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/59d776da-29ac-428c-96b1-66d3deed614d/content> Acesso em: 8 set. 2023.

Recebido em: 13 de agosto de 2024.
Aceito em: 01 de novembro de 2024.
Publicado em: 19 de dezembro de 2024.